



**ENAN
PUR** 2023
Belém 22 a 26 de maio



Metodologias interescalares no debate do refúgio na cidade

Natália da Cunha Cidade

Doutoranda no Instituto de Planejamento Urbano e Regional / UFRJ

Viviane Penso Magalhães

Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Educação / UFF

Sessão Temática 12: Gênero, etnia, diversidade no campo e na cidade

Resumo. Este trabalho tem como objetivo apresentar, a partir de proposições metodológicas, a discussão de refugiados em contextos urbanos, suas condições de vida, moradia e de acesso à direitos. O estudo traz a fusão de duas pesquisas aprofundadas em pessoas em situação de refúgio, vítimas de deslocamento forçado que tiveram suas vidas atravessadas por situações de violência, como conflitos internos, internacionais ou regionais, perseguições em decorrência de regimes políticos repressivos, entre outras violações de direitos humanos. As pesquisas e metodologias, desenvolvidas no âmbito dos campos do urbanismo e da educação, buscam apresentar “novas démarches” (Lefébvre), caminhos de abordagem desta temática na discussão da garantia de direitos. Constatam como uma abordagem interdisciplinar e interescalar, indo da escala global à local, é central para as respostas tanto na esfera das políticas intersetoriais quanto do engajamento das instituições e sociedade civil frente ao tema. Como o planejamento urbano se depara e aborda a questão do refugiado vivendo na cidade? E como a educação se insere na garantia de direitos e estratégias de sobrevivência no espaço urbano para estas pessoas?

Palavras-chave: refugiados urbanos; metodologias; cidade

Interscale methodologies in the refuge debate in the city

Abstract. *This work aims to present, based on methodological propositions, the discussion of refugees in urban contexts, their living conditions, housing and access to rights. The study brings together two in-depth research on people in refugee situations, victims of forced displacement who have had their lives crossed by situations of violence, such as internal, international or regional conflicts, persecutions as a result of repressive political regimes, among other violations of human rights. The research and methodologies, developed within the scope of the fields of urbanism and education, seek to present “new démarches” (Lefébvre), ways of approaching this theme in the discussion of the guarantee of rights. They note how an interdisciplinary and interscale approach, ranging from the global to the local scale, is central to responses both in the sphere of intersectoral policies and in the engagement of institutions and civil society in the face of the issue. How does urban planning face and address the issue of refugees living in the city? And how does education fit into the guarantee of rights and living strategies in the urban space for these people?*

Keywords: urban refugees; methodologies; city

Metodologías interescales dentro de la discusión de los refugiados en la ciudad

Resumen. Este trabajo tiene como objetivo presentar, a partir de propuestas metodológicas, la discusión de los refugiados en contextos urbanos, sus condiciones de vida, vivienda y acceso a derechos. El estudio trae la fusión de dos investigaciones con foco en personas en situación de refugio, víctimas de mudanzas forzadas que tuvieron sus vidas atravesadas por situaciones de violencia, como conflictos internos, internacionales o regionales, persecuciones causadas por regímenes políticos represivos, entre otras violaciones de derechos humanos. Las investigaciones y metodologías, desarrolladas en el ámbito de los campos del urbanismo y la educación, buscan presentar “nuevas gestiones” (Lefébvre), formas de abordar este tema en la discusión de la garantía de derechos. Corresponden a un abordaje interdisciplinario e interescalar, desde lo global hasta lo local, es central para las respuestas tanto en el ámbito de las políticas intersectoriales como en la actuación de las instituciones y la sociedad civil frente a este asunto. ¿Cómo afronta y aborda la planificación urbana el problema de los refugiados que viven en la ciudad? ¿Y cómo la educación se posiciona en la garantía de derechos y estrategias de sobrevivencia en el espacio urbano de estas personas?

Palabras clave: refugiados urbanos; metodologías; ciudad

1. Introdução

Este trabalho busca apresentar duas metodologias de pesquisa que têm na centralidade de suas discussões o sujeito refugiado em relação com o espaço urbano no contexto da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Em uma delas, a base metodológica se deu a partir do ambiente educacional de uma escola em Gramacho, onde está estabelecida uma grande comunidade congoleza e angolana; na outra, a base está na elaboração de mapas de distribuição territorial dos refugiados no referido contexto.

Ambas convergem constatação de que os da população refugiada que se estabelece nesse contexto, se organiza em comunidades ao mesmo tempo que se insere nas dinâmicas de segregação socioterritorial já existentes nessa dinâmica urbana. Dinâmicas essas pré-existentes à sua chegada, fruto de um desenvolvimento desigual do espaço, no que diz respeito às políticas urbanas em todos os seus desdobramentos.

Um diálogo possível de atores e saberes diversos, complementares e essenciais a esta discussão, entende-se como fundamental nestas abordagens. Tais estudos buscaram a produção de subsídios ao estudo da temática sob a da inserção territorial e das práticas pedagógicas, de forma a ampliar não só o debate acadêmico, como também a interlocução com políticas intersetoriais para a garantia de direitos na legitimidade no direito à cidade.

1.1. Refúgio no mundo e o status de refugiado

O último relatório publicado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para refugiados (ACNUR)[1] estima que até meados de 2022 o número de vítimas de deslocamento forçado no mundo chegou a 103 milhões de pessoas. Comparado ao final de 2021, houve um crescimento de aproximadamente 15% (13,6 milhões de pessoas) em relação à 2021, e a tendência é que os números aumentem. Se em 2012 o número de vítimas de deslocamento forçado era cerca de 45 milhões, índice que começa a apresentar significativo crescimento em relação aos anos anteriores, o aumento torna-se ainda mais expressivo na última década. Do total de pessoas registradas no último relatório,

aproximadamente 26,7 milhões são refugiados, e 4,9 milhões são solicitantes de refúgio.

É importante lembrar também a relação multifatorial no aumento de solicitações de refúgio, onde somam-se camadas como violência, conflitos internos, internacionais ou regionais, perseguições em decorrência de regimes políticos repressivos, entre outras violações de direitos humanos. Se em 2012 a Síria representou o significativo aumento nessas estatísticas, posteriormente a Venezuela e agora a Ucrânia ganharam notoriedade no cenário internacional com seus intensos fluxos de solicitantes de refúgio (ver gráfico 1).

O relatório indica novos deslocamentos em 2022. Além do aumento no fluxo de deslocamentos de venezuelanos e ucranianos, há incidência de conflitos em Burkina Faso, levando a mais de 300 mil deslocados internos, meio milhão de pessoas deslocadas de Myanmar após o golpe militar no início de 2021, a já antiga crise na República Democrática do Congo, levando a centenas de milhares de pessoas impactadas, entre outros.

A construção do refugiado enquanto sujeito social no mundo atual não é somente uma consequência dos processos políticos e econômicos que vêm se construindo ao longo de décadas, mas também consequência direta dos efeitos políticos e sociais do mundo globalizado, neoliberal. Em um mundo norteado, em sua maioria, por lógicas neoliberais, o território é um dos maiores bens de disputa. Formular o problema pelo território é urgente, e altamente necessário na problematização da questão a fim de pensar respostas eficazes e que permitam contribuir na elaboração de diretrizes e ações práticas e afim de equacionar esse quadro. (CIDADE, 2018)

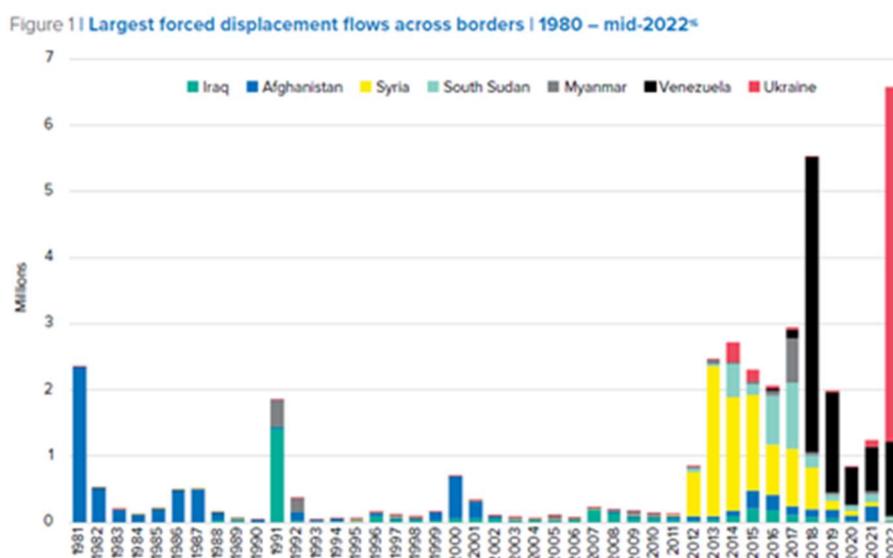


Gráfico 1. Maiores fluxos de deslocamento forçado. Fonte: UNHCR, 2022

Após a crise de deslocados internos na Europa com o fim da 2ª Guerra Mundial, em 1950 é criado o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), uma instituição internacional, definida como apolítica, cuja função é proporcionar proteção internacional aos refugiados. Em 1951

acontece a Convenção de 1951 das Nações Unidas, também conhecida como Convenção de Genebra, importante marco histórico no qual é determinado um instrumento normativo que defina quem é uma pessoa refugiada, bem como o alcance da proteção e diretrizes para soluções nestes casos. No artigo 1º da Convenção, relativa ao Estatuto dos Refugiados, é definido o status de refugiado como:

toda pessoa que, como resultado de acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e devido a fundados temores de ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, por pertencer a determinado grupo social e por suas opiniões políticas, se encontre fora do país de sua nacionalidade e não possa ou, por causa dos ditos temores, não queira recorrer à proteção de tal país; ou que, carecendo de nacionalidade e estando, em consequência de tais acontecimentos, fora do país onde tivera sua residência habitual, não possa ou por temor fundado não queira regressar a ele.ⁱ

Após outros acordos e recomendações internacionais como o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados, de 1967, e a Declaração de Cartagena de 1984, a noção do status de refugiado passa por algumas alterações e se amplia, indo de um caráter menos individual, relacionado ao sujeito que solicita refúgio, e abarcando também noções mais coletivas em relação ao motivo da solicitação, relacionadas à condição política do país de origem.

No contexto brasileiro, a consolidação dos instrumentos de regulamentação do refúgio se deu a partir da promulgação da Lei 9.474, de 1997, que define mecanismos para a implementação, em território brasileiro, do Estatuto dos Refugiados de 1951. Assim sendo, o conceito de refugiado pode ser lido no artigo 1º da lei:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.ⁱⁱ

Além desta definição, a Lei estabelece procedimentos para o reconhecimento da condição de refúgio instituindo o que é formalmente denominado no universo do refúgio como elegibilidade. Este regime cria também a figura do solicitante, sendo este o sujeito cujo processo de solicitação de refúgio ainda está em análise pelo governo brasileiro. Segundo a lei, uma vez recebida a solicitação de refúgio pelo Departamento de Polícia Federal, um protocolo é emitido ao solicitante e a sua família que se encontre em território nacional, autorizando sua estada até a decisão final do processo. Este protocolo permite a expedição de uma carteira de trabalho (CTPS), um número de cadastro de pessoa física (CPF), que permite a matrícula em escola, acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), entre outros serviços públicos.

Ou seja, mesmo ainda com a solicitação em análise pelo Ministério da Justiça, a pessoa já tem o direito a se inserir em benefícios de ordem pública, o que pressupõe uma pré-inclusão social e acesso às estruturas institucionais brasileiras. No entanto, é importante questionar se o direito garante o acesso, principalmente em um contexto de fortes disparidades sociais e refletidas, constituídas e constituintes, de uma relação com o território. (CIDADE, 2018)

O processo de solicitação de refúgio no Brasil envolve a necessidade de uma série de ações, medidas e políticas de caráter intersetorial, incluindo alguns ministérios, o Departamento de Polícia Federal e também organizações não-governamentais

Refugiados urbanos e a questão socioespacial no Brasil

Olhando para o tema por uma perspectiva socioterritorial e política, identificamos: grupos de pessoas originárias ou nacionais de um determinado território que entendem seus direitos humanos fundamentais foram violados, e por isso buscam abrigo, refúgio, em outro território. O problema que já é grave torna-se um problema maior ainda por outro fator político: o enrijecimento de fronteiras para essas pessoas e tantas outras, migrantes que não necessariamente se deslocam pelos motivos que categorizam uma pessoa como refugiada, mas que buscam reconstruir suas vidas em outro país. (CIDADE, 2018)

Cerca de 56% das pessoas em situação de refúgio vivem em áreas urbanas[2], constituindo os chamados refugiados urbanos. Apesar de as áreas urbanas serem consideradas locais legítimos para essas pessoas reconstruírem suas vidas e gozarem de seus direitos, o ACNUR reconhece as dificuldades que podem surgir em situações onde um número significativo de refugiados fixa residência em tais áreas. Tais movimentos podem gerar considerável pressão em recursos e serviços que são ainda privados às necessidades de algumas faixas da população (United Nations High Commissioner for Refugees, 2009).

A solução espacial apresentada para tratar de um problema consequente de situações de violência, como conflitos internos, internacionais ou regionais, perseguições em decorrência de regimes políticos repressivos, entre outras violações de direitos humanos, já foi interpretada como emergencial. Nos debates entre ACNUR e governanças de países de acolhimento para pessoas em situação de refúgio, o que se busca agora são soluções duradouras, que visem colocar em prática soluções para a difusão das chamadas 'boas práticas', que permitam uma melhor integração local. (CIDADE, 2018)

O ACNUR aponta dois como os principais objetivos de sua política de refugiados para áreas urbanas: garantir que as cidades sejam reconhecidas como locais legítimos para os refugiados residirem e gozarem dos direitos que lhes são assegurados, e maximizar os espaços de proteção disponíveis para os refugiados urbanos e as organizações humanitárias que os deem suporte.

No entanto, como Marfleet (2007) aponta, os Estados, agências e pesquisadores geralmente têm pouca informação a respeito dos refugiados urbanos. Em referência a Hansen, ele indica que no caso de pessoas em situação de refúgio que vivem em campos, há uma supervisão, um monitoramento pelo governo local e agências internacionais. No entanto, as

populações desse grupo que vivem em cidades são “dispersas, não contabilizadas e não gerenciadas” e, no jargão das ONGs internacionais, são “grupos ‘espontâneos’ ou refugiados ‘auto-estabelecidos’ (MARFLEET, 2007, p.40).

No Brasil foram registrados 10.145 refugiados com status reconhecido até 2016[4], em um total de 82 nacionalidades, havendo um aumento de quase 260% no número de reconhecimentos em seis anos – em 2010 o número era de 3.904 refugiados reconhecidos pelo governo brasileiro. Em 2021 os números computados para reconhecidos passavam dos 60.000. Apesar de o contingente de refugiados no Brasil representar apenas 0,03% da população brasileira, nos últimos 11 anos observa-se um crescimento de mais de 8.000% no número de solicitações e quase 300% no número de reconhecimentos.¹

Por não termos campos de refugiados no Brasil, os que aqui chegam vão viver em áreas urbanas em sua maioria. As questões relacionadas à inserção espacial no contexto dos refugiados urbanos não são ineficientes somente no Brasil, é um problema crônico e um desafio estrutural em diversos países do mundo que acolhem refugiados. É fundamental que se inicie um trabalho no sentido de olhar para esta questão também como parte das soluções duradouras assumindo, antes de mais nada, que por estarem aqui vivendo, essas pessoas já fazem parte deste território, mesmo que de forma precária e desigual (CIDADE, 2018).

Para além da complexidade e do desafio social e político que essa chegada apresenta tanto a refugiados quanto à população e o governo local, é importante pontuar dois fatores que contribuem fortemente para o agravamento do quadro: (i) a condição de desigualdade social que temos na maior parte das cidades brasileiras, que será relacionado aqui à segregação socioterritorial histórica que temos na conformação do tecido urbano em estudo; (ii) a tímida ação de políticas públicas direcionadas para a questão do refúgio no Brasil, com pontos ainda frágeis ou em discussões ainda muito especulativas, como é o caso da moradia, da mobilidade e da vivência no espaço urbano. (idem, p.27)

Apesar de em termos legais terem proteção e direito a acesso à serviços públicos, na prática a maioria dos refugiados que vêm ao Brasil continuam em situação de invisibilidade e desconhecimento por maior parte da população. Em nosso contexto esta não é uma temática recente: recebemos refugiados no Brasil desde a década de 1990, e com a intensificação das crises políticas no mundo aumentam também os fluxos migratórios.

Constata-se que a inserção territorial destes grupos tem uma relação direta com a ausência de ações públicas, a exemplo de políticas de acolhimento em esfera local, atenção a políticas de moradia para refugiados, entre outras. Ou seja, por lei o solicitante de refúgio e o refugiado com status reconhecido têm o direito a acesso à cidade. No entanto, em muitos casos, na prática este acesso não é garantido, dificultando o acesso à serviços públicos, e também a integração social, parte essencial das soluções de integração local.

Inserção urbana e desigualdade: marcos teóricos para a discussão de refúgio e cidade

Alguns marcos teóricos dão embasamento a discussão teórico-metodológica do tema, buscando aproximar a discussão já existente sobre refúgio e sobre cidade com a perspectiva dos refugiados sobre sua vivência e experiência urbana. Sob a ótica das desigualdades sociais e segregação socioterritorial no Rio de Janeiro, buscou-se, nas metodologias de pesquisa que serão apresentadas adiante, consolidar ferramentas de análise e ação. Ferramentas essas que objetivam discutir o tema com ênfase na questão do território e da educação, subsidiando políticas públicas e contribuindo para o debate com as instituições de ensino e pesquisa, entidades da sociedade civil e com a população refugiada diretamente.

Olhando por uma ótica macropolítica e econômica, Raquel Rolnik contribui à discussão de uma permanente transitoriedade constituída pelas zonas de indeterminação entre legal/ilegal, planejado/não planejado, formal/informal, dentro/fora do mercado presença/ausência do estado (ROLNIK, 2015, p.174). As duas noções, de territórios e populações que estão às margens e em uma situação de permanente transitoriedade, iluminam o engendramento da temática, do refúgio, no território, sendo um ponto de inflexão entre as populações que estão nessa condição. Essa categorização pode ser observada enquanto parte da dinâmica socioterritorial, econômica, cultural e política brasileira no acolhimento às pessoas em situação de refúgio, bem como em escala global – por sua condição política, econômica, social e espacial. (CIDADE, 2018).

(...) podemos afirmar que têm em comum o fato de constituírem zonas de indeterminação entre legal/ilegal, planejado/não planejado, formal/informal, dentro/fora do mercado, presença/ausência do Estado. Tais indeterminações são os mecanismos por meio dos quais se constrói a situação de permanente transitoriedade, a existência de um vasto território de reserva, capaz de ser capturado ‘no momento certo’” (ROLNIK, 2015, p.174)

No contexto dos territórios periféricos no Rio de Janeiro, a provisoriidade é apontada como importante marca do surgimento e desenvolvimento das favelas locais, e em especial as políticas públicas voltadas para elas. Nota-se, a partir do histórico do processo de estrutura urbana do Rio e arredores, como “desde o surgimento das primeiras favelas, as intervenções públicas têm se dado de forma provisória, obrigando os moradores a conviverem com a precariedade do que é deixado e buscarem respostas para aquilo que fica inacabado”. (CUNHA, PORTO et al, 2015, p.99). A condição de provisoriidade é constantemente naturalizada e homogeneizadora de um grande grupo que está à margem de uma situação de normalidade, de legalidade. (CIDADE, 2018)

Outro marco teórico importante é o da invisibilidade. Esta torna-se a ferramenta de supressão da expressão dessas populações, e, acima de tudo, expressão direta do não pertencimento a uma comunidade local, nacional e legítima. Como Vera Telles (2010) aponta, temos a leitura das populações à margem das condições de legalidade, como os ilegais, temidos e distanciados dos espaços e grupos sociais que se entendem como enquadrados no que é direito e legal. A forma de inibir sua expressão cultural, das construções de

suas lógicas sociais, emergentes da própria condição de disrupção socioterritorial em que se encontram, é justamente a invisibilização de suas práticas. (CIDADE, 2018)

Vera Telles aponta que temos mescladas às populações em territórios de margens, e as novas populações que chegam e se inserem nessa lógica. A autora indica que será construída uma relação dialógica entre moradia popular e os processos de periferização urbana, que discutem as relações entre a autoconstrução da moradia e a reprodução do capital, entre desigualdades urbanas e relações de classe, entre migração e pobreza urbana, entre reprodução social e Estado (2010, p.56).

Esta é a situação que se encontra um grande número de brasileiros e brasileiras, e que é também a situação em que a maioria dos refugiados e refugiadas se encontram. Ou seja, ao chegarem nas cidades brasileiras, mesmo que com suporte legislativo, já se inserem automaticamente em realidades espaciais segregadas, consequentes dos próprios processos urbanos locais (CIDADE, 2018). A forma de inibir sua expressão cultural, das construções de suas lógicas sociais, emergentes da própria condição de disrupção socioterritorial em que se encontram, é justamente a invisibilização de suas práticas,

Segundo Telles, isso se dá pela geografia da invisibilidade. A invisibilidade, neste caso, se dá por tirar a possibilidade de voz, de ação, e de legitimação das lógicas e forças operantes nos processos resultantes das construções desses territórios. Como Cunha e Porto apontam, a invisibilidade em relação ao cotidiano, aos modos de vida, as formas culturais, as redes sociais (2015, p.99).

Algumas das causas de adoecimento e morte nos vários territórios nos mostram que o drama cotidiano dos moradores não é visível, nem para muitos pesquisadores, nem para os profissionais que atuam junto a esta população, e nem para os sistemas de informação. Não são visíveis também muitas respostas que os moradores têm dado a esses dramas ignorados. (CUNHA, Marize B. PORTO, Marcelo F.S. et al, 2015, p.99)

No que tange estratégias de sobrevivência dos refugiados nas cidades, a invisibilidade vem à tona como uma condição produzida pelo meio político, econômico e social para os sujeitos que se encontram em situação de refúgio (CIDADE, 2018). Marfleet aponta: “cada vez mais refugiados são moradores urbanos cuja existência é negada por governos e agências” (2007, p. 36). Marfleet aponta que, diferente dos refugiados de campos, controláveis, monitoráveis, cujas localizações são conhecidas, os refugiados urbanos normalmente são dispersos, inumeráveis, dificilmente gerenciáveis. Colocam em questão noções enrijecidas que transitam pelo campo social e territorial. Isto é, além de representarem uma ameaça humana à noção de pertencimento e estabilidade de determinadas sociedades, seus movimentos são dificilmente numeráveis e controláveis no território.

As populações migrantes, em fluxo, mas que também se ancoram no território representam um enorme desafio: pois, por estarem ali estabelecidas, tornam-se parte de uma nova sociedade, o que implica pensar políticas públicas, planejamento urbano, entre outras. Uma soma da temporalidade e invisibilidade como afirmativa de condição social e territorial.

Na perspectiva de pensar políticas públicas para refugiados temos que levar em consideração a intensificação do movimento migratório a partir da década 1950, em direção à Capital da República, resultando de um aumento populacional da área metropolitana. Como apontado por Milton Santos (1993), neste período, 60% da população urbana residia no Sudeste. Temos então a dimensão mais regional de como o fenômeno se operava no Rio de Janeiro, que, junto com São Paulo, até a década de 1960, consistia em uma das duas cidades que configuravam a realidade da macroubanização ou metropolização. Fica claro também, como os movimentos migratórios são parte fundamental, constituidora dessa realidade, e altamente afetada pelas disparidades provenientes da lógica neoliberal.

De acordo com o censo demográfico de 1960 (Santos, 1993), percebemos como a distribuição da população migrante na área metropolitana do Rio de Janeiro concentrando-se principalmente na chamada periferia intermediária (Zona Suburbana II + Zona Rural, Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu, São João de Meriti e São Gonçalo) aos recém-chegados, há menos de um ano. Ao longo dos anos de residência, o movimento aumenta em direção ao núcleo (Centro + área periférica central + São Cristóvão + Santa Teresa, Zona Sul e Zona Norte), ficando mais concentrado na periferia imediata (Zona Suburbana I + Ilhas + Jacarepaguá + Niterói). Temos assim, para a população que havia chegado há menos de um ano, 60% da população migrante residente na periferia intermediária, 18% na periferia imediata e 22% no núcleo. A população migrante residente há mais de 11 anos, estava concentrada 26% na periferia intermediária, 44% na periferia imediata e 30% no núcleo.

O autor indica que as favelas também apresentam crescimento significativo nesse período, indo de 169.305 habitantes em 1950 a 335.063 pessoas em 1960, um crescimento de quase 100%. Em relação a sua localização, ele indica que foi nas zonas suburbanas que esse crescimento ocorreu com maior intensidade. (SANTOS, 1993)

E são exatamente nessas zonas mais desfavorecidas que se concentram os grupos refugiados, que vivenciam características específicas da conformação do território brasileiro, do ponto de vista de uso e ocupação do solo e sua relação com toda a construção social e as disparidades arraigadas a ela, as fronteiras do amotinamento dentro de determinadas áreas, assim como a favela acontece, acabam sendo mais fluidas – mesmo que não mais democráticas (CIDADE, 2018). Pode-se dizer que essa diferença está calcada também em uma rede de suporte para fazer frente a uma experiência precarizada e estigmatizada de viver urbano, mais do que somente a conformação de uma configuração territorial.

A despeito de sua estigmatização, as populações buscam circular pela cidade, o que pode ser percebido pela forma como buscam redes de suporte, inclusive pelo trabalho. Existe uma desigualdade, uma estigmatização, uma segregação territorial, mas que não chega a estabelecer determinadas muralhas. Por características específicas da conformação do território brasileiro, como já visto, do ponto de vista de uso e ocupação do solo e sua relação com toda a construção social e as disparidades arraigadas a ela, as fronteiras do amotinamento dos refugiados dentro de determinadas áreas, assim como a favela acontece, acabam sendo mais fluidas – mesmo que não mais democráticas (CIDADE, 2018)

A partir desta relação de inserção espacial, é reforçado o paralelo entre os moradores de favela e os refugiados, apresentado por Vianna e Facundo, onde apresentam “ambos os universos como inscritos em ‘territórios de margem’, marcados por práticas, sujeitos e espaços que são frequentemente considerados como estando nas margens do Estado” (VIANNA e FACUNDO, 2015, p.46). As autoras pontuam ainda, que a ilegitimidade transita intrinsecamente entre corpos e territórios, sendo impossível destrinchar o entrelaçamento que dá origem a esta construção, onde espaço físico e espaço social estão constantemente se construindo em correlação.

A leitura social sob a ótica da ocupação territorial dos refugiados, permite constatar os processos de categorização espacial-moral que constroem simultaneamente corpos e territórios. Temos assim processos nos quais sujeitos existem porque pensados e produzidos em relação a um espaço.

2. Propostas metodológicas e o debate do refúgio na cidade

Para fomentar o debate sobre refúgio e cidade, apresentaremos duas propostas metodológicas nascidas em áreas distintas, o urbanismo e a educação. Tais procedimentos buscavam revelar “novas démarches”(LEFÈBVRE, 1968), em que caminhos teóricos-metodológicos trouxessem estudos sobre as condições de vida, moradia e de acesso à direitos de refugiados em contextos urbanos. Abordagens interdisciplinares e interescolares, indo da escala global à local, foram centrais para as respostas tanto na esfera das políticas intersetoriais quanto do engajamento das instituições e sociedade civil frente ao tema.

No encontro de duas pesquisadoras e suas metodologias, foi identificada como primeiro ponto de convergência entre os trabalhos, a percepção de que trata-se de um tema de pesquisa que necessita estudo, empatia e alteridade. Afinal, construir ponte com indivíduos que tiveram suas vidas ceifadas e lançadas à própria sorte é o primeiro ponto de reconhecimento da migração como um assunto de proporções globais que atinge crises humanitárias irreparáveis. Situações de violência, conflitos internacionais ou regionais, perseguições em decorrência de regimes políticos repressivos, entre outras violações de direitos humanos, provocam traumas em que lembranças de experiências dolorosas trazem sofrimentos. Por isso é preciso um olhar diferenciado para os métodos e instrumentos que utilizaremos para desenvolver pesquisas acadêmicas com esse público.

Neste sentido o que apresentaremos a seguir não se trata apenas da ferramenta metodológica utilizada, mas do processo de escolha para o grupo específico de refugiados. São dois caminhos teóricos metodológicos a serem anunciados: (i) o primeiro vem com a proposta de mapear a distribuição territorial dos refugiados Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ, conhecida como Grande Rio) e também construir mapas participativos com os refugiados; (ii) e a segunda proposta, versa sobre os modos de vida de jovens em contexto de refúgio moradores e estudantes do bairro de Gramacho em Duque de Caxias que, por meio de imagens produzidas com uma câmera fotográfica, puderam narrar histórias sobre seus cotidianos.

*2.1. Primeira proposta metodológica: uma resposta à invisibilidade social através da visibilidade espacial*ⁱⁱⁱ

2.1.1. Mapeamento da distribuição territorial dos refugiados no Grande Rio:

Foram feitos sete mapas de distribuição territorial dos solicitantes de Refúgio na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), sendo o primeiro registro identificado em 1984 e o último no momento em que paramos o trabalho de campo, em 2017. A distribuição territorial que vemos se atém à quantidade de pessoas de determinada nacionalidade. O mapeamento da distribuição territorial dos refugiados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro buscou localizar qual é a primeira alternativa de moradia dos solicitantes de refúgio na metrópole. Estava centrado em dialogar com o desafio conjuntural da relação refugiado-território, trazendo o mapa como ferramenta metodológica que estabelecesse uma ponte entre a discussão do refúgio e o campo da arquitetura e urbanismo, e como esta poderia contribuir à discussão e às respostas para uma melhor qualidade de vida e garantia dos direitos dos refugiados onde vivem. Buscou investigar de que maneira se dá a inserção territorial dos refugiados ao chegarem à cidade do Rio de Janeiro, e atentar para a possível relação entre a origem étnico-racial dos refugiados e sua distribuição no espaço urbano.

A ferramenta metodológica proposta visou trazer para um lugar de centralidade a questão da invisibilidade social, buscando dar uma resposta através da visibilidade espacial. Problematizando assim a associação direta que fazemos dos espaços para os refugiados como sendo os campos de refugiados, ao passo que a maioria vive em cidades, em condições de vulnerabilidade e invisibilidade. Foi possível identificar como a distribuição territorial da população refugiada está relacionada também a aspectos de segregação socioterritorial já existentes na dinâmica urbana da cidade. O campo de trabalho, a região metropolitana do Rio de Janeiro, apresenta um panorama de muitos desafios de integração já mencionados, e, mapear a maneira como essas dinâmicas se dão na metrópole, permite um olhar acerca da distribuição espacial dos refugiados, bem como as estratégias de sobrevivência adotadas por eles no território.

A escolha pelo recorte territorial foi feita em função da primeira opção de moradia que o público estudado - pessoas em situação de refúgio - tem ao chegar ao município do Rio de Janeiro. A partir de uma investigação de campo preliminar, o contato com funcionários da ONG Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro^{iv} (CARJ) e com alguns refugiados indicou que, devido à falta de assistência do Estado em relação à moradia, os refugiados e solicitantes encontram, de forma geral, como primeira opção de estabelecimento o suporte da própria comunidade étnica. A partir dessa apuração inicial, pôde-se constatar que devido a especificidades principalmente relacionadas ao país de origem, raça e situação financeira, a hipótese levantada que direcionou a pesquisa é que esses fatores têm uma repercussão direta no local onde essas pessoas vão viver. A metodologia desenvolvida aqui teve assim por objetivo verificar esta hipótese, e seus possíveis desdobramentos (CIDADE, 2018).

- Levantamento e sistematização de dados

Para a elaboração dos mapas eram necessários dados que indicassem algum referencial de local de moradia. Não temos muitos dados públicos referentes à população migrante em geral (refugiados inclusos), principalmente no que diz respeito ao local de moradia. Os dados coletados pela administração pública são principalmente os da Polícia Federal e do Ministério da Justiça, e são muito centrados em questões relativas a uma política de securitização. Dados que informem sobre a condição social e de permanência no território em geral são coletados por organizações da sociedade civil que fazem esse trabalho de assistência em escala mais local (municipal). Sendo assim, recorreu-se à instituição que é atuante há mais tempo com esse público no Rio de Janeiro, a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro (CARJ).

Para a elaboração dos mapas foi necessária, eram necessários dados, e na ausência de dados de órgãos públicos, foi necessário ser produzido um banco de dados. Este se deu através da concessão de acesso, pela CARJ, aos formulários de solicitação de refúgio arquivados na instituição onde fazem atendimento aos refugiados. Para os dados que precisávamos ter acesso, com maior ênfase nos endereços, foi necessário consultar os documentos físicos dos formulários de solicitação de refúgio em seu arquivo.

Após a definição dos critérios de análise dos formulários, através da identificação de quais questões respondidas nos formulários de solicitação de refúgio poderiam ser interessantes para uma caracterização da distribuição dessa população no território, foi elaborada uma planilha base. Ela foi usada para o levantamento dos formulários - isto é, quais dados seriam analisados a fim de criar um banco de dados que seria a base para a elaboração dos mapas. A pesquisa de campo objetivava analisar todos os formulários de solicitação arquivados, de reconhecidos e solicitantes, e pelo número estimativo que a equipe do PARES havia informado, o cálculo foi 3 a 4 meses de trabalho de campo. O objetivo foi mapear apenas os que tinham declarado primeiro local de moradia nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Junto com dois assistentes de pesquisa, ficamos de julho de 2017 a janeiro de 2018, indo a campo duas vezes por semana, durante o dia todo. Foram analisados 4.368 formulários no total, sendo que em vários casos havia mais de um por pasta (titular + dependentes). A pesquisa acabou durando 7 meses, o dobro do tempo previsto, e contou com várias questões que não foram consideradas inicialmente e que levaram a uma redefinição de alguns critérios de levantamento - mas que eram sempre registrados em diário de campo.

Os dados foram organizados de forma quantitativa, em uma planilha, através de categorias pré-definidas, tendo como referência questões colocadas no Formulário de Solicitação de Refúgio da resolução CONARE nº22/2015 e preenchidas pelo solicitante de refúgio. As linhas da planilha representavam cada uma das pessoas analisadas. A planilha contou com 4.368 linhas e 44 categorias de análise, como país de origem, etnia, idiomas, primeira alternativa de moradia (rua, bairro, município), último local de moradia registrado (rua, bairro, município), se veio acompanhado(a) de outros solicitantes, se foi acolhido(a) por alguém, data de chegada no Brasil, local de chegada, motivo da solicitação, se tem familiares que pretendem solicitar refúgio no Brasil, entre outras.

As questões da resolução foram selecionadas, dentre um total de 72 itens, distribuídos em 18 páginas de formulário. Foram selecionadas as questões mais relevantes para esta pesquisa, que permitiriam uma análise socioespacial do quadro, tais quais o perfil social e, principalmente, local de residência, entre outras. Os itens escolhidos para compor a planilha estavam relacionados, sobretudo, ao perfil social da população, a questões referentes a endereço e moradia, e demais questões que dissessem respeito a sua condição após a chegada em território brasileiro.

Buscou-se identificar os grupos por país de origem na região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) por bairros; posteriormente, identificar a relação entre a presença de familiares solicitantes e a possível construção de uma rede étnica dentro do território, o que elucidaria a hipótese da vinculação do solicitante à uma rede já conformada, dada a ausência de suporte do Estado para abrigamento. Após a análise dos formulários e preenchimento do banco de dados, estes foram limpos, sistematizados, e posteriormente cruzados.

Foram elencadas categorias principais a serem espacializadas, como tratar da vulnerabilidade do momento da chegada e a exclusão socioterritorial tanto por discriminação racial como por região de origem. Sendo assim, os mapas sugeridos para o contexto da pesquisa, são norteados pelo momento da chegada do solicitante, com ênfase nos seguintes pontos: (i) país de nacionalidade do solicitante (isto é, com qual país ele guarda vínculos de cidadania); (ii) Tipo de acolhimento que recebeu no sentido de moradia.

Após todo trabalho foram identificados fortes indicadores fortes de um estabelecimento da população refugiada na região periférica da cidade, ou em favelas, e percebe-se que as populações que vivem nos locais mais vulneráveis são as que vêm dos países africanos. Temos uma relação histórica no país de desigualdade social e racial, e isso se expressa na dinâmica urbana, locais e condições de moradia, e por isso, possibilidade de acesso à serviços, garantida dos direitos básicos, limitações de mobilidade pelo alto custo do transporte, discriminação no mercado de trabalho - para além da condição de refugiado, a condição racial.

Para além disso, temos também uma fragilidade nas políticas de atenção a refugiados no que tange o abrigamento e acolhimento, seja pela ausência de abrigos mais especificamente para essa população (já que os abrigos para a população do Rio de Janeiro que está desabrigada também estão lotados). Isto é, temos no Brasil além a questão crítica da desigualdade social, um enorme déficit habitacional, totalmente relacionado às condições de trabalho e renda e acentuado pelas fragilidades das políticas de moradia. Nesse sentido, os refugiados se inserem diretamente em todas essas fragilidades. Por isso, é tanto uma questão de se levar o tema do refúgio às discussões sobre políticas habitacionais e direito à cidade, quanto o inverso, trazer a questão das deficiências de garantia dos direitos sociais básicos, que terão uma repercussão direta na garantia dos direitos dos refugiados, para as discussões sobre refúgio na complexidade das dinâmicas urbanas.

- Elaboração dos mapas:

Foram feitos sete mapas de distribuição territorial dos solicitantes de Refúgio na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), sendo o primeiro

2.1.2. Oficinas de mapeamento participativo com refugiados congolese:

Para além dos mapas de distribuição territorial enquanto proposta macropolítica de leitura socioespacial da população refugiada, fazendo um paralelo com caminhos de ação micropolítica.

Buscando complementar os mapas levantados a partir de dados coletados nos formulários de solicitação de refúgio – isto é, dentro da lógica de compreensão do refugiado enquanto indivíduo pelos aparatos jurídicos brasileiros – foi proposto também a elaboração de um mapeamento subjetivo, das experiências urbanas, feito pelos refugiados e solicitantes. Essa abordagem trouxe mais ferramentas de leituras sobre os sujeitos envolvidos, e das múltiplas possibilidades de apreensão do território e como elas podem ser incorporadas de forma potente, articuladas entre si. Segundo Vera Telles, “essas trajetórias operam como prismas pelos quais o mundo urbano vai ganhando forma em suas diferentes modulações” (TELLES, 2010, p.13).

O mapeamento participativo “é um processo de criação que subverte o lugar de enunciação para desafiar os relatos dominantes sobre os territórios, a partir dos saberes e experiências cotidianas dos participantes” (RISLER e ARES, 2013, p.12). Parte-se da relação direito à cidade x acesso à cidade, considerando que, apesar de certos direitos serem garantidos por lei, uma relação urbana desigual, a falta de acesso a serviços e o desconhecimento por parte da sociedade civil levam ao não-acesso à cidade.

A proposta das oficinas de mapeamento participativo se deu no contexto das aulas de português oferecidas pela Cáritas RJ. No diálogo com as professoras e a pedagoga da Cáritas, percebeu-se que era importante fazer a oficina no contexto de uma atividade que eles já faziam, com a qual já estivessem envolvidos e coesos enquanto grupo. Essa foi uma preocupação, já muitos já haviam participado de outras pesquisas e se sente “objetos” de pesquisas e que sentem não dar retorno a eles.

Temos na busca de construção de um percurso de oficinas que estivessem em um contexto de formação e aproximação dos refugiados da cultura brasileira, o idioma, um dos mais fortes e necessários recursos de integração local. Desenvolvemos um caminho de pensar espaço e território a partir das experiências, usando o vocabulário da vida urbana e cotidiana como recurso expressivo. Ou seja, uma aproximação e interlocução cultural que teve como canais de força o território e as palavras, abrindo possibilidade de maior apropriação tanto de um quanto do outro, contribuindo ao exercício do engajamento e da autonomia (CIDADE, 2018).

As oficinas foram pensadas para três dias de aula, ocupando metade da aula, 45 minutos. Inicialmente seriam feitas com duas turmas, a de hispanófonos (vindos da Venezuela, Colômbia e Cuba) e francófonos^v (vindos da República Democrática do Congo), mas no fim as oficinas só se consolidaram efetivamente na aula para francófonos.

- Oficina 1: reconhecendo o território e trabalhando em macroescala
 - Apresentação do território e reconhecimento de possibilidades de leitura deste;
 - Reconhecimento e expressão de si no território.

Nesta primeira oficina, indo da escala macro para a micro, e para introduzir o tema do território e espaço urbano, foram feitas apresentações de três mapas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: (i) divisão político-administrativa (áreas de planejamento – figura 4); (ii) aspectos geofísicos (serras, maciços, lagoas, oceano); (iii) principais vias (mobilidade). Trouxemos a tônica de que é possível olhar para o território de diversas formas, em várias camadas de compreensão, e por fim fizeram sobre o mapa a identificação dos seus nomes nos bairros onde circulam (figura 5)

O objetivo principal dessa primeira oficina foi apresentar o território abrindo uma margem de diálogo sobre isso, já que os refugiados são obrigados a se incorporar de forma instantânea a complexas lógicas sociais e culturais. E também abrir um primeiro espaço para reconhecimento neste território e afirmação de sua presença e de seus movimentos no mesmo. Isto é, eles serem autores da expressão de sua presença, e nos contarem suas narrativas, tramas e trajetórias em macroescala.

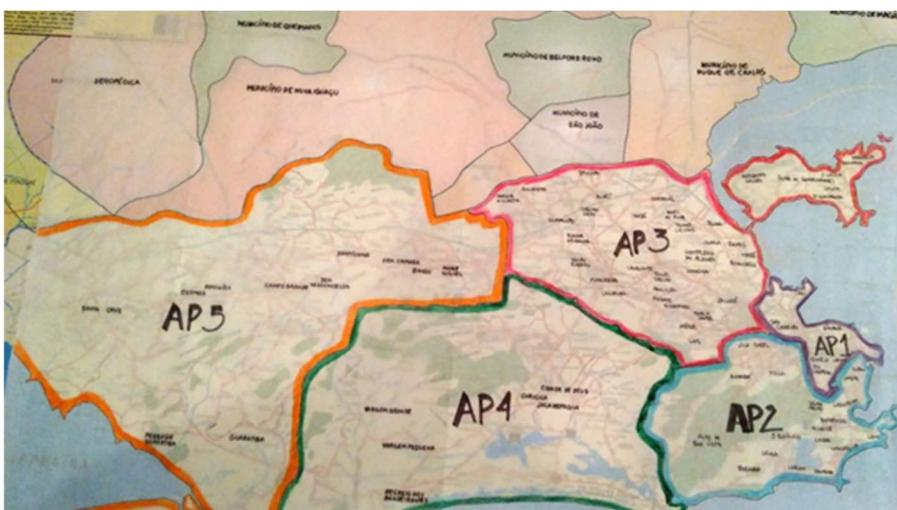


Figura 4. Mapa das áreas de planejamento do Rio de Janeiro. Fonte: CIDADE, 2018, p.191



Figura 5. Mapa de autoidentificação dos participantes da oficina. Fonte: CIDADE, 2018, p.194

- Oficina 2: trajetos, experiências pessoais e formas de construir suas tramas

- Vocabulário que expresse questões afetivas em relação ao território;
- Ferramentas gráficas que permitam a expressão de seu espaço de vivência;
- Elaboração de material individual que expresse suas tramas urbanas.

Nesta segunda oficina, foram elaborados pelas facilitadoras alguns materiais que pudessem dar suporte e suscitar memórias e experiências relacionadas à vivência no espaço urbano (figura 6).

Momento 1: vocabulário. Palavras/vocabulário em português, com conteúdo referente a qualidades espaciais e afetivas relacionadas ao espaço.

Momento 2: construção dos mapas afetivos individuais. O conjunto de imagens foi entregue e pedimos para, na folha A3 - que representava seu espaço de vivência na cidade - colassem aquelas imagens da forma que desejassem; usando ainda canetas coloridas que pudessem simbolizar percursos, ícones que representavam espaços e equipamentos que fazem parte do cotidiano e as palavras escritas no quadro (ver figuras 7 e 8).

Analisando o exercício, constatou-se que a grande maioria vivia na periferia da cidade ou em municípios vizinhos, e quase todos em áreas de favela. Pelos ícones usados, o meio de transporte majoritário foi trem ou ônibus.

Na figura 9, o mapa traz um longo percurso em relação a duas imagens que estão fisicamente próximas no mapa, pode indicar os tempos de trajetos que percorrem cotidianamente. Em outro (figura 10), foi feito uma grande massa verde (provavelmente o Maciço da Pedra Branca) separando as duas zonas de vivência do participante: zona norte e zona oeste. Consideramos essa uma expressão muito valiosa da atividade, sugerindo a riqueza de percepção do espaço urbano local, como o tecido se conforma com a geografia da cidade, como há uma clara segregação entre zonas e às quais delas seu universo de vivências está associado.

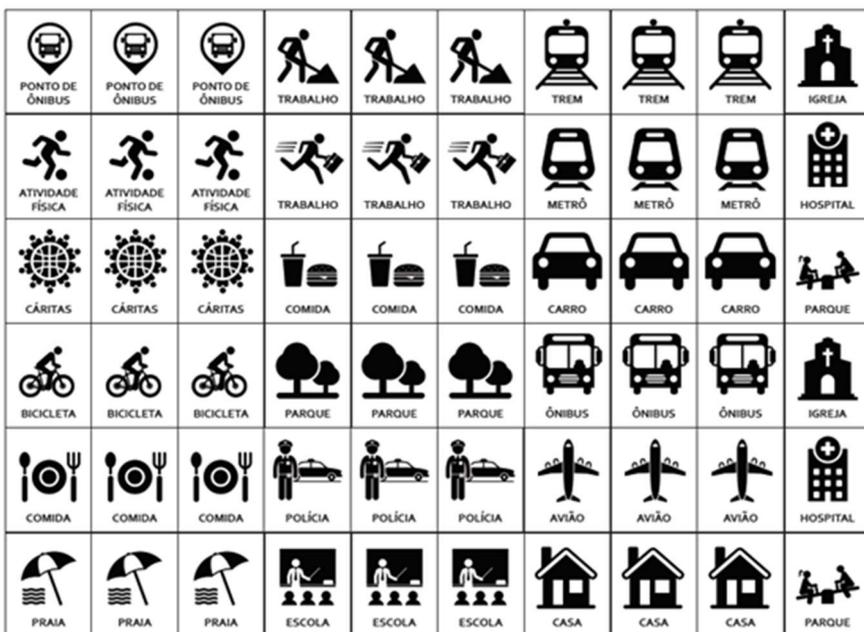


Figura 6. Ícones para elaboração dos mapas individuais. Fonte: CIDADE, 2018, p.196



Figura 7. Desenvolvimento dos mapas individuais. Fonte: CIDADE, 2018, P.197



Figura 8. Desenvolvimento dos mapas individuais. Fonte: CIDADE, 2018, p.198



Figura 9. Mapa feito por um dos participantes das oficinas. Fonte: CIDADE, 2018, p.200



Figura 10. Mapa feito por um dos participantes das oficinas. Fonte: CIDADE, 2018, p.201

De forma geral, houve uma expressão muito clara sobre os espaços que frequentam e como os qualificam, sobre o valor dos espaços de encontro e atividades sociais, a qualidade do espaço público em determinadas regiões, os níveis de violência, como se sentem desprotegidos e o grande tempo de deslocamento diário.

- Oficina 3: compartilhamento das vivências urbanas

-Vocabulário e tempos verbais futuros: o que eu mudaria na minha realidade?

-Compartilhamento dos mapas e troca de experiências urbanas

O objetivo inicial desta última oficina foi fazer um mapa coletivo. Após uma discussão sobre os mapas individuais, trabalharíamos sobre os aspectos que cada um gostaria de levar do seu mapa individual para o mapa coletivo. Em outras, palavras, o que dos espaços de vida, práticas e experiências pessoais, cada um acha importante de levar para o espaço compartilhado. Em paralelo ao mapa coletivo, trabalhamos enquanto conteúdo da aula de português, os tempos verbais, em que eram feitas perguntas sobre questões da experiência urbana:

Algumas das perguntas (P) e respostas (R):

P: “O que você mudaria no Rio de Janeiro?”

R: “eu mudaria problema de documentos”; “eu mudaria a violência”; “eu mudaria a polícia”; “eu mudaria as favelas”; “eu mudaria casa”; “eu mudaria emprego”.

P: “Diga dois lugares que seu amigo não visitaria no Rio de Janeiro”

R: “ela não visitaria a favela da Rocinha”; “ela não visitaria a favela da Formiga”; “ela não visitaria Magé”.

P: “Três coisas que você desejaria que houvessem no Rio de Janeiro”

R: “desejaria que dessem nossos documentos” (duas pessoas disseram o mesmo, em relação ao registro nacional de estrangeiro - RNE); “desejariamos que houvesse uma polícia competente no Rio de Janeiro”; “nós desejaríamos que houvesse muito emprego no Rio de Janeiro”.

O compartilhamento dos mapas foi um exercício importante de fala, construção de uma narrativa sobre as trajetórias urbanas. Trouxe seus lugares de moradia, que, de forma geral, eram classificados como “perigosos”. Os locais de maior circulação, no que diz respeito a espaços de convivência, sociabilidade, comércio, eram em geral na zona norte. Os bairros da zona sul, os que já visitaram foram a passeio e qualificam como “bonitos e alegres”.

Outro relato bastante recorrente era sobre a discriminação racial, coisa que não haviam experimentado até chegar aqui, já que em seu país praticamente toda a população é negra. Os incômodos e desejos de mudança são de forma geral relacionados à questão da regularização de seu status migratório, dos locais de moradia e os problemas de violência que acompanham seus espaços de vivência, bem como o desemprego.

2.2. Segunda proposta metodológica: A confiança como método e o uso da fotografia reflexiva^{vi}

A segunda proposta metodológica apresentada chega em outra escala de abordagem. Ela foi realizada com um grupo de jovens estudantes e moradores do bairro de Gramacho, município de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro. São jovens migrantes, refugiados, solicitantes de refúgio e filhos de africanos, que ao participarem da pesquisa compartilharam representações sobre cotidianos, hábitos, costumes, entretenimentos e a socialização familiar. As narrativas desses jovens revelam sonhos,

expectativas, frustrações e alegrias atravessadas pelos vínculos estabelecidos com a instituição escolar.

O convívio com os sujeitos da pesquisa confirmou a existência de uma mescla de sentimentos envolvendo o processo de migração e refúgio. Oscilando entre resistência e medo, tornar público suas experiências e falar sobre seus traumas, era uma tarefa difícil, um movimento que os deixava desconfortáveis. Por isso, exercitar a empatia e alteridade foi fundamental para criar vínculo de confiança e romper as barreiras do medo e da insegurança. (PENSO,2023)

Um exercício realizado com o grupo serviu de gatilho à escolha da metodologia e influenciou na configuração da atividade proposta aos sujeitos da pesquisa. A tarefa proposta consistia em, ceder ao jovens uma câmera fotográfica que ficaria a sua disposição por aproximadamente quinze dias. Para isso seria necessário autorização escrita dos responsáveis, para o início da produção das imagens de seus cotidianos.

Assim estaríamos respeitando suas individualidades no primeiro momento, onde de posse do instrumento pudesse capturar imagens que fossem da sua própria vontade (PENSO,2023). Após devolução da máquina, as fotos eram organizadas, para serem projetadas no computador no dia agendado para uma momento individual com o jovem fotógrafo, onde pudéssemos conversar sobre as imagens produzidas.

O momento era individual, com a tentativa de torná-lo o mais prazeroso possível, onde ele pudesse ser ele mesmo, e não se sentisse pressionado em falar o que não quisesse, a intimidade e o laço de confiança viriam com tempo.

O material norteava o diálogo e possibilitava a reflexão do que foi visto, dito e não dito. O convite para que os jovens fotografassem e narrassem suas próprias vidas e cotidianos conferiu maior complexidade aos relatos sobre suas relações com as agências socializadoras, em especial, suas famílias.

A atividade de investigação cooperativa do cotidiano baseou-se em referências teórico-metodológicas que utilizam a imagem fotográfica na investigação social. O denominado PEI - Photo Eliciting Interviewing -, por exemplo, é uma metodologia que utiliza fotografias nas entrevistas para favorecer a coleta de informações. A técnica tem sido utilizada pelo antropólogo John Collier Jr (JR, 1967), precursor nas pesquisas com fotografias, e também por Douglas Harper (2012) e Marisol Clark-Ibanez (2004).

O questionamento proposto por Collier Jr (JR, 1967), sobre a fotografia, propriedades e métodos, contribuiu para pesquisas do campo das Ciências Sociais, como norte aos debates no tema. Quando usou a fotografia pela primeira vez em meados dos anos 50, examinou a saúde mental na mudança das comunidades em Províncias Marítimas do Canadá, Collier Jr. propôs entrevistas com fotos para a solução prática de problemas. A partir daí o método ficou famoso e em aproximadamente 1967, Collier Jr. apresentou o PEI como um método válido e útil para a coleta de dados, utilizando a fotografia como instrumento da entrevista.

Para Marisol Clark-Ibanez (2004), nos PEIs, os pesquisadores introduzem as fotografias no contexto da entrevista. Elas podem ter sido produzidas pelo próprio entrevistado ou pelo pesquisador. Costuma-se utilizá-las como ferramenta para expandir questões, extraindo dos participantes

informações de suas vidas. Tendo como propósito o que sugere o próprio termo “elicitador”, ou seja, “extrair”, “lançar para fora”. Provoca-se, assim, a revelação de informações necessárias à pesquisa, além do exercício de autorreflexão. Esta metodologia qualitativa busca capturar o componente visceral e as experiências de vida em uma comunidade.

As fotografias não só revelavam imagens do cotidiano como reavivam emoções, pois, ao passo que produziam imagens e organizavam suas falas sobre elas, o processo se tornava reflexivo e produtivo. Ao mesmo tempo em que o dispositivo fotográfico resultava em material de análise para a pesquisa, contribuía para a construção de laços entre a pesquisadora e os jovens participantes.

Por mais que a utilização das fotografias desse um ar mais criativo e leve as falas sobre as fotos, foi preciso utilizar o que o autor Jean-Claude Kaufmann sugere, conduzir o jogo da interação, ser ativo, sem deixar de ser modesto e discreto, afinal de contas o informante era o destaque. (KAUFMANN,2018).

As primeiras conversas sobre as imagens trouxeram poucas revelações, normalmente os jovens começavam descrevendo o que foi fotografado, elencando os elementos da imagem: “são mesas, cadeiras, camas, quintal...”. Nos demais encontros o vínculo começava a ser construído. Foi preciso uma escuta atenta, demonstrando interesse e concentração ao que está sendo dito e as linguagens que estavam em jogo. Ter empatia em relação à pessoa, para que não fosse tomada pela impressão de que o momento não trazia algo novo ou interessante, em parte essa incapacidade poderia estar em mim – pesquisadora, ou na condução do momento. Precisei redobrar as atenções para detectar nos jovens suas categorias operantes, seus sistemas de valores, suas particularidades e subjetividades.

As conversas aconteciam na escola, em uma sala reservada, em horários vagos dos estudantes. Devido ao tempo limitado, a quantidade de fotos e a duração dos diálogos, os encontros tiveram que ser divididos em várias sessões.

Os primeiros encontros sobre as fotografias geraram angústia e frustração, pois me invadia um sentimento imediatista e pessimista sobre o alcance do objetivo da atividade - extrair informações para criar um perfil ou reconhecer comportamentos comuns sobre os modos de vida dos jovens, parecia uma tarefa impossível. A segurança surgiu ao longo dos encontros, para superá-la foi preciso estudo e análise dos áudios gravados com as conversas. Com Kaufman, (2018, p. 84) entendi que era vital decifrar o dito e não dito, tornar os momentos mais informais para construir vínculos e fazer as leituras necessárias, desconstruindo assim a relação hierárquica entre primeiramente, orientadora/estudante e posteriormente pesquisadora/pesquisados.

Percebi que para chegar ao cotidiano e privacidade dos jovens as estratégias deveriam conseguir, de acordo com Delory-momberger:

explorar os processos de gênese e de devir dos indivíduos no seio do espaço social, de mostrar como eles dão forma a suas experiências, como fazem significar as situações e os acontecimentos de sua existência”. (DELORY-MOMBERGER, 2012, p. 524)

2.2.1. Os Giros pela cidade

Um dos apontamentos mais relevantes da pesquisa, proveniente do uso da fotografia como metodologia foi a baixa circulação desses jovens pela cidade. A insegurança, a falta de documentação, o medo do preconceito e da xenofobia, e a precária condição financeira os sentenciam de uma vida limitada ao acesso a escola ou a igreja, atividades que realizam próximos de casa ou em companhia dos pais (PENSO,2023).

As fotografias produzidas em outros bairros da cidade eram fruto de viagem com os responsáveis com objetivos próprios.^{vii}

Muitas fotografias foram produzidas no Centro e na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, e seus autores se sentiam privilegiados por terem conseguido tais imagens. Na figura 11, o jovem Tomboco elogia a beleza do Rio de Janeiro, dizendo que até o céu é mais azul, indiretamente está estabelecendo uma relação de comparação com o local onde mora. Ele dizia que essas fotos do passeio escolar no Centro do Rio “salvou” a atividade com a câmera fotografia, porque de acordo com a sua opinião, onde mora não tem paisagens bonitas como no Rio de Janeiro.



Figura 11. O Rio é lindo, até o céu é mais azul. Fonte: PENSO, 2023, p. 137.



Figura 22. Estava no hospital da Lagoa. É lindo, morei lá!. Fonte: PENSO, 2023,p.138.

Sobre a imagem, Uíge conta que estava voltando de uma consulta médica no hospital da Lagoa (bairro da Zona Sul do Rio de Janeiro) acompanhada de sua mãe. Que aproveitou as lindas paisagens para fazer registros fotográficos e completou dizendo que: “Caxias” não tem lugares assim. É lindo, já morei lá!”.

Uíge é uma imigrante angolana, que veio para o Brasil muito nova devido um tratamento de saúde. A jovem conta que já voltou à Angola duas vezes, mas não se adapta, gosta do Brasil e não tem vontade de voltar para África. Disse que por algum período morou em Copacabana e perto da Lagoa, mas que sua mãe não pode ficar, por isso teve que voltar viver em Gramacho. Comparando os dois lugares, acha os bairros da Zona Sul do Rio mais bonitos que onde mora.

Na sequência de fotografias (figuras 14 a 21), a jovem Matala explica que no caminho à polícia federal para resolver questões burocráticas sobre o passaporte, fez várias imagens por gostar muito de fotografia. Sequência nomeada por ela:



Figura 13. No centro da cidade. Fonte: PENSO, 2023. P.139.



Figura 14. Da janela do VLT. Fonte: PENSO, 2023, p.139.

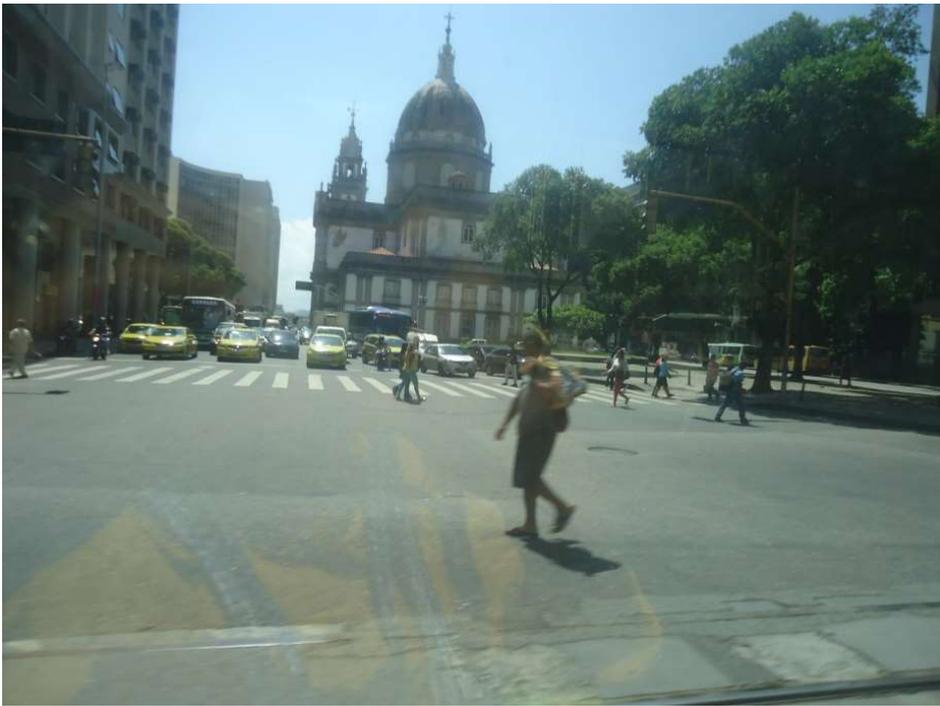


Figura 15. Gosto de prédios antigos. Fonte: PENSO, 2023, p.140.



Figura 16. Prédio bonito, gente triste. Fonte: PENSO, 2023,p.140.



Figura 17. Da janela. Fonte: PENSO, 2023,p.141.



Figura 18. Tirando foto rápido. Fonte: PENSO, 2023, p.141.



Figura 19. Gosto desse lugar. Fonte: PENSO, 2023, p. 141.

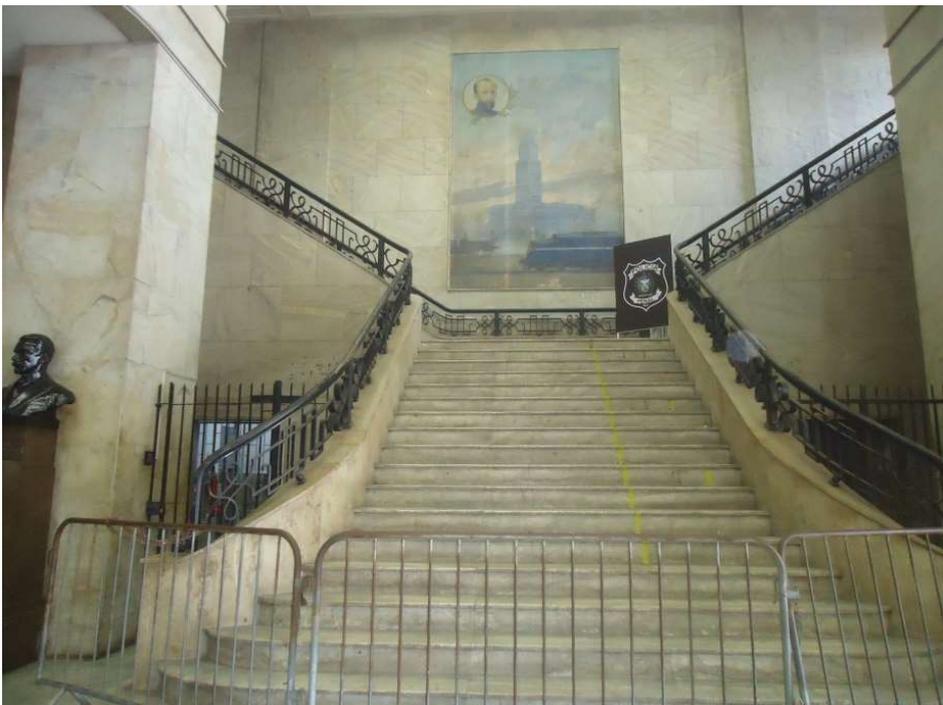


Figura 20. Aqui, já fui várias vezes. Fonte: PENSO, 2023, p.143.

Como os outros jovens, Matala também afirmava que sair do seu bairro para outras localidades, apenas na companhia por responsáveis. Sobre o passaporte Matala dizia que sua família estava preparando a documentação caso fosse preciso viajar ou sair do país.

Analisando os discursos dos jovens, identificamos algumas associações relacionadas aos espaços observados. As experiências de deslocamento espacial/territorial acabaram causando outros tipos de deslocamentos (não físicos) - os sociais, culturais, morais, comportamentais. De forma que os lugares físicos contribuem para confirmar os diferentes lugares na vida social, assim, deslocar-se pela cidade implica, frequentemente, sentir-se deslocado, “fora de lugar”. Não se trata, de determinismo geográfico, isto é, das condições objetivas de cada lugar, consideradas isoladamente, mas da confirmação e atualização das desigualdades sociais, que as diferenças entre os lugares permitem asseverar quando esses são percebidos^{viii}. (JUNIOR, MATOS, & PENSO M., 2019, p. 1)

Sentimentos que associam categorias de percepção e juízo acionadas na experiência do deslocamento espacial e situar sentimentos de identidade, pertencimento, inadequação, estranhamento, indiferença e alheamento, além de sonhos, perspectivas, imaginários, frustrações, sofrimentos, dificuldades e constrangimentos associadas às áreas periféricas de uma metrópole acentuadamente desigual.

Algumas fotografias com imagens de localidades, paisagens, ou algo que fizessem referências a espaços físicos, evidenciavam a correspondência (homologia) entre a linguagem, expresso nos adjetivos empregados, e estrutura de distribuição de propriedades no espaço, objetivamente observáveis.

Nos relatos era explícita a correspondência entre as diferentes manifestações estruturais, palavras como: “mais bonito”, “melhor”, “emocionante”, “mais arrumados” faziam oposição a outros termos: “pobre”, “feio”, “nada interessante”.

Observamos categorias de percepção e juízo acionadas na experiência do deslocamento espacial, explicitando sentimentos de identidade, pertencimento, inadequação, estranhamento, indiferença e alheamento, além de sonhos, perspectivas, imaginários, frustrações, sofrimentos, dificuldades e constrangimentos associadas às áreas periféricas de uma metrópole acentuadamente desigual.

A classificação feita pelos jovens fala muito de suas estruturas, disposições mentais e corporais que balizam as ações de indivíduos e grupos, e dão sentido às condições objetivas e às posições sociais em que se encontram (BOURDIEU & WACQUANT, 1992, p. 7-11).

Neste caso específico, as palavras, isto é, a linguagem, nos apresentou a construção do mundo social, com suas divisões e agrupamentos, que resulta, entre outros fatores, da representação que os agentes têm do real. A representação da realidade é “uma construção quase sempre coletiva que se apoia em particular sobre a linguagem” (BOURDIEU, 2015, p.118, traduzido).

3. Conclusões

Foi identificado nos mapas de distribuição territorial que dos 21 municípios da Região Metropolitana do RJ, 16 tiveram registros, em um total de 281 bairros. Houve maior incidência de solicitantes de origem principalmente síria, colombiana e venezuelana na região centro-zona sul. Pessoas de origem africana em geral – em especial angolanos (33% do total) e congolezes (25%

do total), com presença mais massiva – que no início dos anos 1990 concentravam-se mais na região central, vão se movimentando na direção da periferia, ocupando tanto a zona norte da cidade, quanto outros municípios da RMRJ – especialmente Duque de Caxias.

Os mapas ilustram onde os refugiados se instalam e qual seu movimento dentro do território, enquanto grupos nacionais. Também revelam quais são as regiões com maiores tendências a aglomerações, e como isso está relacionado às nacionalidades, o que ajuda a abordar mais estrategicamente o problema. Foi notada também a importância de se trabalhar a análise espacial em diversas escalas, para que se possa pensar instrumentos de ação e resposta em contextos urbanos mais específicos. É possível notar que apresentam mudanças ao longo dos anos, tanto no que diz respeito aos locais de moradia quanto ao volume dos grupos nacionais. Estudar mais especificamente os movimentos, seja de grupos de nacionalidades específicas, ou da aglomeração em determinados recortes do território, são novos caminhos de pesquisas que se revelam. Esses elementos inauguram outras problemáticas, que podem ser analisadas em maiores especificidades, outras escalas e recortes.

As propostas metodológicas apresentadas, de certa forma trazem a práxis os conceitos debatidos a cerca da questão do refúgio e a cidade. É fato suas impossibilidades de viver a totalidade da cidade. Na primeira proposta podemos observar que trabalhar em diferentes escalas, além da proposta nessa investigação, bem como com recortes sociais mais específicos de pessoas em situação de refúgio, pode ser um fator de grande contribuição para pensar políticas públicas para integração local e atenção à população refugiada. Na segunda proposta vimos que todas as questões que afetam a vida dos refugiados, afetam em particular os modos de vida juvenis desse grupo de estrangeiros. Pelas imagens produzidas e a relação de confiança construída foi possível perceber que os jovens vivenciam essa etapa tão importante da vida com restrições que são específicas da condição de refugiado. A pouca circulação pela cidade, a limitação aos aparelhos culturais, a precariedade social fazem com que o sentimento de provisoriade e não pertencimento contribuam para a falta de vínculo com o território de moradia.

O todo só se faz pelo conjunto do micro. O macro permite que vejamos movimentos em escala mais global; mas ele também é alimentado pelo olhar direcionado à escala individual. Macro e micro, global e individual, são indissociáveis, e trabalhá-los na sua integralidade permite uma abordagem não só coerente da realidade, mas mais justa também com quem faz e transforma essa realidade. Direitos e acesso podem dialogar, se trabalhados em conjunto e de forma participativa, em um exercício retroalimentar, cíclico.

Referências bibliográficas:

BOURDIEU, P. **Sociologie générale**. Volume 1. Cours au Collège de France 1981-1983, Paris, Seuil, 2015

BOURDIEU P., WACQUANT L. **An Invitation to Reflexive Sociology**. Cambridge: Polity Press, 1992

CIDADE, Natália da Cunha. **Refugiados urbanos: estudo sobre a distribuição territorial de refugiados no Rio de Janeiro e seu impacto no processo de integração local.** Dissertação (mestrado em urbanismo). Rio de Janeiro: Prourb – UFRJ, 2018.

CLARK-IBÁÑEZ, MARISOL. **Framing the Social World With Photo-Elicitation Interviews** . Volume: 47 edição: 12, página (s): 1507-1527. Edição publicada: 1º de agosto de 2004. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0002764204266236>

COLLIER, Jonh, Jr. (1967). **Visual anthropology: Photography as a research method.** Newbury Park, CA:Sage.

_____. **Lessons in inequality: A comparative study of two urban schools.** Dissertation Abstracts International, 64(5), 1867A. (UMI NO. 3090491) 2003

CUNHA, Marize B. PORTO, Marcelo F.S. PIVETTA, Fátima. ZANCAN, Lenira. FRANCISCO, Mônica S. PINHEIRO, Alan B. MELO E SOUZA, Fabiana. CALAZANS, Raphael. **O desastre no cotidiano da favela: reflexões a partir de três casos no Rio de Janeiro.** Revista O Social em Questão - Ano XVIII - nº 33 – 2015. p. 95 – 122.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 17, n. 51, p. 523-740, set-dez. 2012.

HARPER, Douglas. **Talking about pictures: A case for photo elicitation.** Visual Studies, 17(1), 13-26, 2002.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo.** Petrópolis: Vozes; Maceió: Edufal, 2013.

LEFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Trad. Rubens Eduardo Frias. 5ª Ed. São Paulo: Centauro, [1968] 2008.

MARFLEET, Philip. **“Forgotten”, “Hidden”:** Predicaments of the urban refugee. Refuge, 2007. Pág. 36-45. (tradução nossa)

PENSO.M, VIVIANE. **BILENGE NA BOTONGI: experiências escolares e não escolares de jovens em contexto de refúgio.**Tese em Educação, Niterói,RJ,UFF,2023.

RISLER, Julia; ARES, Pablo. **Manual de mapeo colectivo.** Buenos Aires: Tinta Limón, 2013. (tradução nossa)

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** São Paulo: Boitempo, 2015.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo, Edusp, 1998.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** 5ª Ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Edusp, [1993] 2002.

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA e OBMIGRA. **Refúgio em números – 7ª edição.** Disponível em: <<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros-e-publicacoes/anexos/RefugioemNumeros.pdf> > Acesso em 02 dezembro 2022.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

UNHCR. **Mid-year trends, 2022. 2022.** Disponível em: <<https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/635a578f4/mid-year-trends-2022.html>> Acesso: 20 dezembro 2022.

VALLA, Victor Vincent. **A crise de interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas**. Revista Educação e realidade, 1996.

VIANNA, Adriana; FACUNDO, Ângela. **Tempos e deslocamentos na busca por justiça entre "moradores de favelas" e "refugiados"**. Cienc. Cult., São Paulo, v. 67, n. 2, p. 46-50. 2015.

i ACNUR, CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS, Adotada em 28 de julho de 1951 pela Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas, convocada pela Resolução n. 429 (V) da Assembléia Geral das Nações Unidas, de 14 de dezembro de 1950

ii Brasil, Lei 9474, de 22 de julho de 1997, que Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências, art 1o.

iii Pesquisa de mestrado desenvolvida no PROURB/UFRJ por Natália Cidade (2016-2018): "Refugiados urbanos: estudo sobre a distribuição territorial de refugiados no Rio de Janeiro e seu impacto no processo de integração local". A pesquisa teve o apoio da CAPES.

iv A Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro (CARJ), através do Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio, atua nas frentes: acolhimento, proteção legal e integração local.

v O francês é o idioma oficial na RDC, e esta turma era ministrada por uma professora de francês-português. No entanto, é importante ressaltar que o país conta com quatro línguas nacionais: Lingala, Quicongo, Kituba, Suaíli e Tshiluba, além de centenas de dialetos. Dessa forma, o francês era idioma comum a todos os participantes, mas a maioria falava também algumas das línguas nacionais e dialetos.

vi Pesquisa de doutorado desenvolvida no PPGEDU/UFF por Viviane Penso (2018-2023): "BILENGE NA BOTONGI: experiências escolares e não escolares de jovens em contexto de refúgio".

vii Para preservar a identidade dos jovens colaboradores da pesquisa, cada um escolheu como pseudônimo, uma localidade da África que começasse com a mesma letra do seu primeiro nome. Por isso, abaixo de cada fotografia tem o nome fictício do jovem que a produziu

viii Esse trecho faz referência a uma publicação em Anais do XVIII ENANPUR (Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional)

onde em coautoria, escrevemos o texto Distância espacial e assimetria social: deslocar-se entre Duque de Caxias e Rio de Janeiro.

viii Refúgio em números, 2022 - 7ª edição (OBMigra).